



## DELIBERAÇÃO CBH-PARDO 335, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

### Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água destinados à área do CBH-PARDO para 2024 e dá outras providências.

O **Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo**, no uso de suas atribuições legais, dispostas em seu Estatuto, e:

**Considerando** que o Manual de Procedimentos Operacionais – MPO, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO - e anexos, aprovado pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO por meio das Deliberações COFEHIDRO nº 247, de 31 de outubro de 2022 e COFEHIDRO nº 255, de 28 de abril de 2023 e esta Deliberação, são os instrumentos de orientação fundamentais para instruir todos os processos administrativos de pedidos de recursos financeiros provenientes do FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água; e que o descumprimento de dispositivos de ambos os documentos, de acordo com a natureza do tomador e do empreendimento, implica em rejeição e reprovação do pedido;

**Considerando** os destaques, tendências, pontos e áreas críticas e orientações para gestão, apontadas pelo Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2023, ano base 2022 elaborado pelo Grupo de Trabalho Permanente do Relatório Anual de Situação dos Recursos Hídricos e Plano de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo (GT-RSPB);

**Considerando** a Deliberação CRH nº 246, de 18 de fevereiro de 2021, que "Aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada - PDC para fins de aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos;

**Considerando** a Deliberação CRH nº 254, de 21 de julho de 2021, que "Aprova critérios para priorização de investimentos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao FEHIDRO, revoga a Deliberação CRH nº 188, de 09/11/2016, e dá outras providências;

**Considerando** a Deliberação "Ad Referendum" CBH-Pardo nº 333, de 31 de outubro de 2023, que "Aprova Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2023, ano base 2022".

**Considerando** o Programa de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Pardo - UGRHI 4 como documento orientativo para proposituras de iniciativas em educação ambiental;

**Considerando** as sugestões levantadas entre os integrantes das Câmaras Técnicas do CBH-PARDO, em trabalho conjunto coordenado pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos.

#### Delibera:

**Artigo 1º** - As solicitações de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e da Cobrança pelo Uso da Água, destinadas a projetos, serviços e obras, para definição dos investimentos a serem distribuídos no exercício de 2024 no âmbito da UGRHI 04, atenderão o disposto nesta Deliberação e, no que couber, as seguintes diretrizes gerais, financeiras, institucionais e ambientais, a saber:

I) Normas e procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO, vigentes, em especial o disposto no "Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos - MPO" do FEHIDRO e anexos - disponibilizado na página da internet ([sigam.ambiente.sp.gov.br/sinfehidro](http://sigam.ambiente.sp.gov.br/sinfehidro) 2.0/tomador do FEHIDRO);

II) Obras e Serviços correlatos, e Estudos, Projetos, Pesquisas, e atividades afins, relacionados com as metas e ações prioritárias constantes do Plano de Bacia - CBH-PARDO (2016-2027);

III) Proposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos, bem como ações, diretrizes e normas para o desenvolvimento sustentável regional, articuladas com os Planos Diretores de Desenvolvimento ou Saneamento Municipais, se existirem;



IV) Critérios para pontuação a ser atribuída às solicitações de recursos financeiros para fins de hierarquização e seleção dos investimentos a serem indicados ao FEHIDRO (Anexo I).

**Parágrafo único** - O conhecimento e leitura principalmente do MPO - Investimentos, seus anexos e demais normas e resoluções aplicáveis (disponíveis na página do SIGRH), bem como o conteúdo desta deliberação, é de suma importância para o tomador e para o responsável pelo preenchimento da proposta que será protocolada no sistema.

**Artigo 2º** - Em atendimento a Deliberação CRH nº 254, de 21 de julho de 2021, estabelece-se que os recursos financeiros para obras, serviços correlatos e projetos, para o pleito de 2024 serão atendidos, conforme segue:

- I. PDCs 1 e 2 (subPDC 1.2/2.5) - investimentos de no máximo 25%;
- II. PDC 3 (subPDCs 3.1 e 3.3), PDC 5 (subPDC 5.1) e PDC 7 (subPDC 7.1) - investimentos de no mínimo 60%;
- III. PDC 4 (subPDC 4.2); PDC 6 (SubPDC 6.1) e PDC 8 (subPDCs 8.1, 8.2 e 8.3) - investimentos de no máximo 15%.

**Artigo 3º** - São **Pré-Requisitos Obrigatórios**, dentre outros fixados nesta deliberação, para fins de solicitação de recursos do FEHIDRO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA:

**I** - O atendimento, no que couber, ao MPO Investimentos e seus anexos, de acordo com a natureza jurídica do tomador e técnica do empreendimento, recomendando-se especial leitura, conhecimento e atenção para os seguintes tópicos daquele manual:

- Atender ao percentual de contrapartida estabelecido no subitem 14.8.2 do Manual de Procedimentos Operacionais - Investimento, alterado pela Deliberação COFEHIDRO nº 247/2022 de 31/10/2022, a saber:
  - a. Administração direta ou indireta de municípios com até 50 mil (cinquenta mil) habitantes: mínimo de 2% (dois por cento);
  - b. Administração direta ou indireta de municípios acima de 50 mil (cinquenta mil) habitantes e até 200 mil (duzentos mil) habitantes: mínimo de 5% (cinco por cento);
  - c. Administração direta ou indireta de municípios acima de 200 mil (duzentos mil) habitantes: mínimo de 10% (dez por cento);
  - d. Administração direta ou indireta do estado: mínimo de 10% (dez por cento);
  - e. Entidades privadas sem fins lucrativos: mínimo de 2% (dois por cento), exceto Consórcios Intermunicipais e Agências de Bacias que ficam dispensados da apresentação de contrapartida;
  - f. 0% (zero por cento) de contrapartida, independentemente da natureza jurídica do Tomador para: (i) empreendimentos com área de abrangência estadual ou de uma ou mais UGRHIS; (ii) empreendimentos comprovadamente destinados a prevenir graves riscos à saúde da população e/ou à segurança pública, com justificativa para verificação do (AT); (iii) empreendimentos destinados a minimizar situações associadas a eventos hidrológicos críticos de secas e inundações desde que, com a comprovação de situações de emergência ou de calamidade pública, com justificativa para verificação do (AT); e (iv) empreendimentos para atender as tipologias do SubPDCs 3.1, 5.1, 5.2 e 6.1 previstas no Anexo 2, observadas as restrições previstas no MPO para redes de água e esgoto (item 14.7, subitem o).
- Relação de documentos de natureza técnica e financeira, deverá ser apresentada de acordo com a natureza jurídica do tomador, a saber:
  - 1.1 Prefeituras Municipais (administração direta municipal) - Anexo 3.1 do MPO - Investimento;
  - 1.2 Entidades Municipais da Administração Indireta (Autarquias, Empresas, Consórcios Intermunicipais - Anexo 3.2 do MPO - Investimento;
  - 1.3 Órgãos Estaduais da Administração Direta - Anexo 3.3 do MPO - Investimento;



- 1.4 Entidades Estaduais da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas etc.) - Anexo 3.4 do MPO - Investimento;
- 1.5 Entidades da Sociedade Civil sem fins Lucrativos - Anexo 3.5 do MPO – Investimento;
- 1.6 Usuários de Recursos Hídricos e Consumidores de Rede com Finalidades Lucrativas - Anexo 3.6 do MPO - Investimento;

**Observação:** Outros documentos a critério do Agente Técnico, como por exemplo: curvas de nível, perfis, detalhes, memórias de cálculo, termo de referência (Item 14.1 do MPO), em projetos de obras e saneamento.

## **II - Atender as metas e ações do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) para o quadriênio 2024-2027;**

**III** - Atender ao piso de **R\$ 160.000,00** para indicações ao FEHIDRO, conforme disposto na Deliberação COFEHIDRO nº 247/2022 de 31/10/2022, e ao teto máximo, por empreendimento, fixado para cada PDC/SubPDC nesta deliberação;

**IV** - Atender o **Anexo 2** ao MPO/Investimento (Tipologia de empreendimentos enquadráveis para financiamento);

**V** - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do Conselho, quando couber, da respectiva entidade de classe do(s) profissional(is) responsável(is) deverá fazer referência: elaboração do projeto ou termo de referência, elaboração da planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, e quando necessário, fiscalização da obra ou serviços;

**VI** - Os orçamentos e planilhas orçamentárias deverão ser baseados em Tabelas de Custos Oficiais de instituições reconhecidas, de acordo com o Anexo X do MPO, cabendo ao proponente/tomador indicar a(s) fonte(s) bem como seus respectivos códigos(s) utilizada(s), no corpo da planilha orçamentária detalhada específica do projeto para posterior transferência aos modelos FEHIDRO;

**VII** - Atender as **FORMAS** e ao **PRAZO** estabelecido de **PROTOCOLO** das propostas de financiamentos estabelecidos nesta deliberação.

**Artigo 4º** - Ficam estabelecidos os seguintes valores de PISO (mínimo) e TETO (máximo) para os empreendimentos das propostas de solicitações de recursos financeiros do FEHIDRO no exercício de 2024:

### **I - GRUPO I:**

#### **a) PDC 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos**

**SubPDC 1.2:** Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos. Piso: R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 300.000,00;

#### **b) PDC 2: Gerenciamento dos Recursos Hídricos**

**SubPDC 2.5:** Redes de monitoramento e Sistemas de Informação sobre Recursos Hídricos. Piso: R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 800.000,00.

### **II - GRUPO II:**

#### **a) PDC 3: Qualidade das Águas**

**1. SubPDC 3.1:** Sistema de Esgotamento Sanitário: Executar obras de coleta, interceptação, afastamento e tratamento de esgotos sanitários. Piso: R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 450.000,00;

**2. SubPDC 3.3:** Manejo e disposição de resíduos sólidos: Executar Obras ou serviços de implantação, ampliação ou reforma de aterro sanitário e ou reciclagem. Piso: R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 350.000,00;



## **b) PDC 5: Gestão da Demanda**

**SubPDC 5.1:** Controle de perdas em sistema de abastecimento: Executar projetos, obras e serviços para controle de perdas com ênfase nas redes públicas de abastecimento: Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 500.000,00;

## **c) PDC 7: Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos**

**SubPDC 7.1:** Ações estruturais de micro ou macrodrenagem para mitigação de inundações e alagamentos. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 397.000,00.

### **III - GRUPO III:**

#### **a) PDC 4: Proteção dos Recursos Hídricos**

**SubPDC 4.2:** Soluções baseadas na Natureza: Executar ações de revegetação de APPs de cursos d'água, prioritariamente em mananciais abastecimento público. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 325.000,00;

#### **b) PDC 6: Abastecimento e Segurança Hídrica**

**SubPDC 6.1:** Captação de Recursos Hídricos: Executar projetos, obras e serviços de Implantação do sistema de infraestrutura de abastecimento de água. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 325.000,00;

#### **c) PDC 8: Capacitação e Comunicação Social**

**1. SubPDC 8.1:** Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 161.000,00;

**2. SubPDC 8.2:** Educação Ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 161.000,00;

**3. SubPDC 8.3:** Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos. Piso R\$ 160.000,00 e Teto R\$ 161.000,00.

**Parágrafo único** - Após a classificação dos pleitos nos seus respectivos SubPDCs, e havendo pleito que ainda não foi contemplado por falta de recurso no seu SubPDC e havendo disponibilidade de recursos financeiros, estes deverão ser redistribuídos entre os SubPDCs do próprio grupo, e havendo, ainda, disponibilidade de recursos deverá seguir a seguinte ordem decrescente de prioridade:

- a. Controle de Perdas em Sistema de Abastecimento Público, SubPDC 5.1;
- b. Sistema de Esgotamento Sanitário, SubPDC 3.1;
- c. Manejo e disposição de resíduos sólidos, SubPDC 3.3;
- d. Obras ou serviços para contenção de inundações, alagamentos e regularizações de descarga, SubPDC 7.1;
- e. Cobertura Vegetal, SubPDC 4.2;
- f. Redes de monitoramento e Sistemas de Informação sobre Recursos Hídricos, SubPDC 2.5;
- g. Outros PDCs serão atendidos se ainda houver recursos.

**Artigo 5º** - As solicitações de interesse do Comitê deverão atender o valor máximo de 10% do valor total a ser distribuído, respeitando os valores previstos no PA/PI.

**Artigo 6º** - SERÃO PERMITIDOS O PROTOCOLO E A APRECIÇÃO DE ATÉ TRÊS PROJETOS POR TOMADOR, SENDO DOIS PROJETOS COMO PRIMEIRA E SEGUNDA PRIORIDADE INDICADA PELO TOMADOR, E O TERCEIRO DEVERÁ SER DO PDC 4 OU 8; ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 2º DESTA DELIBERAÇÃO.

**Artigo 7º** - Fica estabelecido o período de **15 de janeiro de 2024 até o dia 22 de março de 2024**, para que as entidades interessadas na obtenção de recursos oriundos do FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água **protocolem no sistema SIGAM** as solicitações de verbas.

**Parágrafo único** - Não serão aceitas as propostas que não atenderem ao **prazo** para protocolo estabelecido neste artigo.



**Artigo 8º** - Os tomadores deverão preencher o sistema [www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sinfehidro](http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sinfehidro) 2.0/tomador do FEHIDRO.

O Tomador deverá ter cadastro no SIGAM pelo link <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/>

Acessar o sistema e para cadastro de novo empreendimento: Tomador do FEHIDRO ou no menu Meus Empreendimentos, clicar em adicionar.

Preencher as abas, conforme segue:

Tomador: Informações, responsável legal;  
Empreendimento: Informações, abrangência;  
Equipe do tomador: Informações;  
Planilha orçamentária;  
Cronograma: Atividades, contrapartida;  
Investimento: Informações  
Documentação: Documentação técnica, documentação financeira

**Parágrafo único** - Os documentos a serem entregues estão listados no anexo 3 do MPO (3.1 a 3.6), com assinatura digital certificada na planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.

**Artigo 9º** - Em situações de empate, para fins de hierarquização e seleção dos investimentos a serem indicados ao FEHIDRO, serão aplicadas as condições abaixo:

- 1º - Continuidade de projeto anterior
- 2º - Maior Contrapartida

**Artigo 10** - Serão desclassificados os projetos em desacordo com materiais orientativos encontrados no site [www.sigrh.sp.gov.br](http://www.sigrh.sp.gov.br) e no SIGAM.

**Artigo 11** - Os pleitos que forem protocolizados no prazo estabelecido e não tiverem necessidade de complementações, caso sejam aprovados pelas Câmaras Técnicas, terão classificação em primeira instância.

**Artigo 12** - A correção ou complementação técnica e documental, em caso de necessidade, será feita apenas uma vez por pleito.

**Artigo 13** - As solicitações que não atenderem ao Plano de Ações e de Investimento (PAPI) para o ano de 2024, terão desclassificação de imediato.

**Artigo 14** - Fica delegada à CT-PGRH a função de, até **17 de maio de 2024**, com a colaboração das demais Câmaras Técnicas do CBH-PARDO, coordenar os trabalhos de análise, avaliação, pontuação, e hierarquização dos empreendimentos inscritos, com base nos critérios estabelecidos nesta deliberação e no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO.

**Artigo 15** - Fica estabelecido o calendário de eventos do procedimento administrativo relativo às indicações de pedidos de recursos ao FEHIDRO e COBRANÇA do exercício de 2024 conforme se segue:



	ATOR	EVENTO	PRAZO / DATA
I	CTPGRH	Aprovação da Deliberação CBH-PARDO de critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e da Cobrança pelo Uso da Água, para o exercício de 2024 pela CTPGRH.	15/12/2023
II	TOMADORES	<b>Protocolo</b> das propostas no SIGAM pelos tomadores.	De 15/01/2024 a 22/03/2024
III	CTPGRH e CTAEA (CADO)	Pequena Comissão (CADO) da CTPGRH e CTAEA, faz <b>análise documental</b> dos pedidos de empreendimento, verificando conformidade dos documentos de acordo com MPO e esta deliberação.	01/04/2024
IV	CTPGRH e CTAEA	<b>Primeira reunião</b> dos membros da CTPGRH e CTAEA para: a) definição dos empreendimentos <b>não habilitados</b> nos pré-requisitos (desclassificados); b) definição dos empreendimentos já considerados <b>habilitados</b> para fins de pontuação e hierarquização (enquadrados no grupo ALFA) e c) definição dos empreendimentos (enquadrados no grupo BETA) que para serem considerados habilitados para fins de pontuação e hierarquização, necessitam de apresentar complementações.	10/04/2024 e 11/04/2024
V	SECRETARIA EXECUTIVA	Secretaria Executiva avisa por e-mail o representante para contato do tomador e representante legal, que o empreendimento foi enquadrado como BETA e há necessidade de apresentar complementações da documentação.	12/04/2024
VI	TOMADORES enquadrados grupo BETA	Protocolar no SIGAM as complementações do grupo Beta.	Até 24/04/2024
VII	CTPGRH e CTAEA	<b>Segunda reunião</b> da CTPGRH e CTAEA, para avaliação final dos empreendimentos.	30/04/2024
VIII	CTPGRH e CTAEA	<b>Terceira reunião</b> de uma pequena comissão (CADO) da CTPGRH e CTAEA, para pontuação e hierarquização dos empreendimentos.	08/05/2024
IX	CTPGRH	Entrega dos empreendimentos hierarquizados a Secretaria Executiva.	17/05/2024
X	CBH-PARDO	Realiza Reunião Plenária para aprovação da deliberação que indica os empreendimentos aptos a receber recursos do FEHIDRO e da Cobrança pelo Uso da Água do exercício de 2024.	24/05/2024

**Artigo 16** - Esta Deliberação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo CBH-PARDO, devendo ser publicada no D.O.E.

Ribeirão Preto, 15 de dezembro de 2023.

  
**Marcos Daniel Bonagamba**  
Presidente

  
**Aécio Ferreira Murakami**  
Secretário Executivo

  
**Marisa Heredia**  
Vice-Presidente

  
**José Carlos Momenti**  
Secretário Executivo Adjunto